

SUMÁRIO

PARTE 1

INTRODUÇÃO: PROCEDIMENTO NAS TURMAS REGIONAIS E NA TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS (INCIDENTES DE UNIFORMIZAÇÃO, AGRAVO REGIMENTAL, EMBARGOS DE DECLARAÇÃO E RECLAMAÇÃO)	25
--	----

PARTE 2

ORIENTAÇÕES SOBRE A PESQUISA DE JURISPRUDÊNCIA JUNTO A TNU, TRUs E TRs	61
---	----

PARTE 3

JURISPRUDÊNCIA DA TNU SOBRE TEMPO E APOSENTADORIA ESPECIAL POR AGENTES NOCIVOS	79
--	----

CAPÍTULO 1 – ASPECTOS GERAIS

79

1. FATOR DE CONVERSÃO	79
1.1. RETROATIVIDADE DO FATOR 1.4	79
1.2. MOMENTO DE APLICAÇÃO	80
1.3. CONVERSÃO COMUM EM ESPECIAL	80
1.4. CONVERSÃO ESPECIAL EM COMUM	81
2. BENEFÍCIO POR INCAPACIDADE E TEMPO ESPECIAL	82
3. COMPROVAÇÃO DO TEMPO ESPECIAL	83
3.1. LAUDO PERICIAL	83
3.1.1. EXTEMPORÂNEO	83
3.1.2. ADICIONAL DE RADIAÇÃO IONIZANTE EM GRAU MÁXIMO	84
3.1.3. APRESENTAÇÃO DO LAUDO EM JUÍZO E EFEITOS FINANCEIROS	84
3.2. PERFIL PROFISSIOGRÁFICO PREVIDENCIÁRIO (PPP)	86
3.2.1. RESPONSÁVEL PELOS REGISTROS AMBIENTAIS E MONITORAÇÃO BIOLÓGICA	86
3.2.2. MOMENTO DE CONFECÇÃO OU APRESENTAÇÃO E EFEITOS FINANCEIROS	87
3.2.3. MENÇÃO À TÉCNICA DA DOSIMETRIA OU AO DOSÍMETRO	87
3.3. PERÍCIA INDIRETA	88

3.4. EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI)	88
3.4.1. PERÍODO ANTERIOR A 03/12/1998	88
3.4.2. RUÍDO E EPI	89
3.4.3. CRITÉRIOS PARA AFERIÇÃO DA SUA EFICÁCIA	90
3.4.4. AGENTES CANCERÍGENOS E EPI EFICAZ	91
3.4.5. REEXAME DE PROVA E EPI	92
4. CONTRIBUINTE INDIVIDUAL	92
4.1. REQUISITOS PARA O RECONHECIMENTO DA ESPECIALIDADE	92
4.2. AGENTE RUÍDO E EMPRESÁRIO (SÓCIO-GERENTE)	93
5. EXPOSIÇÃO DECORRENTE DA NÃO UTILIZAÇÃO DELIBERADA DE EPI	93
6. CONTAGEM RECÍPROCA E TEMPO ESPECIAL	95
CAPÍTULO 2 – ENQUADRAMENTO POR CATEGORIA PROFISSIONAL	96
1. QUESTÕES GERAIS	96
1.1. REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO	96
1.2. HABITUALIDADE E PERMANÊNCIA	97
1.3. EMPREGO DA ANALOGIA E ROL EXEMPLIFICATIVO	97
2. CATEGORIAS PROFISSIONAIS	98
2.1. ENGENHEIRO MECÂNICO	98
2.2. PROFESSOR	99
2.3. VIGILANTE ARMADO	100
2.4. ELETRICISTA	105
2.5. SERVIÇOS GERAIS EM AMBIENTE HOSPITALAR	105
2.6. TRABALHADORES NA AGROPECUÁRIA	108
2.7. FRENTISTA	109
2.8. PEDREIRO	110
2.9. ENGENHEIRO	110
2.9.1. TELECOMUNICAÇÕES X ENGENHEIRO ELETRICISTA	110
2.9.2. ENGENHEIRO CIVIL	110
2.10. MOTORISTA	111
2.10.1. TRATORISTA X MOTORISTA DE CAMINHÃO	111
2.10.2. OPERADOR DE RETROESCAVADEIRA X MOTORISTA DE CAMINHÃO	111

2.10.3. MOTORISTA DE AMBULÂNCIA X MOTORISTA DE CAMINHÃO	111
2.10.4. OPERADOR DE EMPILHADEIRA x MOTORISTA DE CAMINHÃO	112
2.11. FERRAMENTEIRO	112
2.12. TÉCNICO AGRÍCOLA	112
CAPÍTULO 3 – ENQUADRAMENTO POR AGENTES NOCIVOS	113
1. QUÍMICOS	113
1.1. CIMENTO	113
1.2. HIDROCARBONETOS/ÓLEOS GRAXAS	114
1.2.1. MANIPULAÇÃO DE ÓLEOS E GRAXAS	114
1.2.2. INDICAÇÃO GENÉRICA	114
1.3. FORMOL	115
1.4. AMIANTO E APLICAÇÃO RETROATIVA DO DECRETO 2.172/97	115
1.5. ANEXOS 11 E 13 DA NR-15: ANÁLISE QUANTITATIVA X QUALITATIVA	116
2. RUÍDO	117
2.1. LIMITES DE TOLERÂNCIA	117
2.2. METODOLOGIA DE MEDIÇÃO: NHO-01 OU NR-15	118
2.3. METODOLOGIA DE MEDIÇÃO: MÉDIA ARITMÉTICA SIMPLES E PICOS DE RUÍDO	119
3. BIOLÓGICO	120
3.1. ROL EXEMPLIFICATIVO	120
3.2. CARÁTER INDISSOCIÁVEL	121
4. POEIRA	121
4.1. ART. 68, § 4º, DO REGULAMENTO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL	121
4.2. ANÁLISE QUANTITATIVA X QUALITATIVA, SOB AGENTE RECONHECIDAMENTE CANCERÍGENO	122
5. CALOR	123
5.1. FONTES NATURAIS	123
5.2. METODOLOGIA DE MEDIÇÃO: IBUTG	123
5.3. NECESSIDADE DE INDICAÇÃO DA TAXA DE METABOLISMO	124
6. RADIAÇÃO NÃO IONIZANTE	124
7. FRIO	124
8. PRESSÃO ATMOSFÉRICA	125

CAPÍTULO 4 – PERICULOSIDADE	125
1. DATA POSTERIOR A 05/03/1997	125
2. ELETRICIDADE	126
PARTE 4	
JURISPRUDÊNCIA DA TNU SOBRE BPC/LOAS	129
CAPÍTULO 1 – ASPECTOS GERAIS	129
1. CUMULAÇÃO	129
2. SUCESSÃO PROCESSUAL	129
3. RENOVAÇÃO DO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO	130
4. RETROAÇÃO DA DATA DE INÍCIO DO BENEFÍCIO (DIB) PARA A DATA DE ENTRADA DO REQUERIMENTO (DER)	131
5. ABRANGÊNCIA DO CONCEITO DE DEFICIÊNCIA PARA O MENOR DE 16 ANOS	132
CAPÍTULO 2 – REQUISITO MÉDICO	133
1. IMPEDIMENTO DE LONGO PRAZO	133
2. HIV ASSINTOMÁTICO	134
3. INCAPACIDADE PARCIAL E TEMPORÁRIA	136
CAPÍTULO 3 – REQUISITO ECONÔMICO	136
1. NECESSIDADE DE NOVA AVALIAÇÃO EM JUÍZO	136
2. CRITÉRIO OBJETIVO	138
3. COMPOSIÇÃO DO GRUPO FAMILIAR	139
4. REEXAME DE PROVAS	140
5. BOLSA-FAMÍLIA	141
PARTE 5	
JURISPRUDÊNCIA DA TNU SOBRE BENEFÍCIOS POR INCAPACIDADE LABORATIVA	143
CAPÍTULO 1 – ASPECTOS GERAIS	143
1. QUALIDADE DE SEGURADO	143
1.1. MANUTENÇÃO	143
1.2. PERÍODO DE GRAÇA	143

1.2.1. RECOLHIMENTO DE 120 CONTRIBUIÇÕES ININTERRUPTAS	143
1.2.2. <i>DIES A QUO</i> PARA APLICAÇÃO DO DESEMPREGO INVOLUNTÁRIO	144
2. CARÊNCIA	145
2.1. CUMPRIMENTO INTEGRAL	145
2.2. ISENÇÃO	145
2.2.1. ACIDENTE VASCULAR CEREBRAL (AVC)	145
2.2.2. GRAVIDEZ DE ALTO RISCO	145
2.3. BENEFÍCIO POR INCAPACIDADE COMO CARÊNCIA	146
2.4. AUXÍLIO-ACIDENTE COMO CARÊNCIA	148
2.5. ALTERAÇÃO NORMATIVA POSTERIOR E CARÊNCIA	149
3. ANÁLISE DAS CONDIÇÕES PESSOAIS, SOCIAIS E ECONÔMICAS	149
3.1. SEGURADO CONSIDERADO CAPAZ AO LABOR	149
3.2. HIV (AIDS)	151
3.3. INCAPACIDADE PARCIAL PARA O TRABALHO	152
3.4. OUTRAS DOENÇAS INCAPACITANTES	153
4. INCAPACIDADE PREEXISTENTE	153
5. CUMULAÇÃO	155
5.1. COM EXERCÍCIO DE ATIVIDADE LABORATIVA	155
5.2. AUXÍLIO-ACIDENTE	156
5.3. SEGURO-DESEMPREGO	157
5.4. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ	158
5.4.1. EXERCÍCIO DE MANDATO ELETIVO	158
5.4.2. PENSÃO POR MORTE DE TRABALHADOR RURAL	158
CAPÍTULO 2 – ASPECTOS JUDICIAIS	159
1. REVISÃO ADMINISTRATIVA DE PROCESSO JUDICIAL, AINDA QUE EM TRÂMITE	159
2. AUSÊNCIA DO PEDIDO DE PRORROGAÇÃO	159
2.1. AUXÍLIO-DOENÇA	159
2.2. AUXÍLIO-ACIDENTE	160
3. PREJUDICIAL DE PRESCRIÇÃO DO “FUNDO DE DIREITO”	161
4. SUCESSÃO PROCESSUAL	161
5. RETROAÇÃO DA DATA DE INÍCIO DO BENEFÍCIO (DIB)	162

5.1. DATA DE ENTRADA DO REQUERIMENTO (DER)	162
5.2. DATA DA CITAÇÃO	163
5.3. DATA DA PERÍCIA JUDICIAL	163
5.4. DOCUMENTO NOVO NO PROCESSO JUDICIAL	164
6. LAUDO PERICIAL	164
6.1. CONFRONTO COM LAUDO PARTICULAR	164
6.2. NECESSIDADE DURANTE A PANDEMIA COVID-19	165
6.3. NECESSIDADE EM QUALQUER PERÍODO	165
7. FUNGIBILIDADE ENTRE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	166
CAPÍTULO 3 – BENEFÍCIOS EM ESPÉCIE	166
1. AUXÍLIO-DOENÇA E APOSENTADORIA POR INVALIDEZ	166
1.1. DATA DE CESSAÇÃO DO BENEFÍCIO (DCB)	166
1.1.1. <i>DIES A QUO</i> DO PRAZO DE RECUPERAÇÃO	166
1.1.2. “ALTA PROGRAMADA”	167
1.1.3. DCB SUPERIOR A 120 DIAS	169
1.2. REABILITAÇÃO PROFISSIONAL	170
1.3. CONCESSÃO COM BASE EM INCAPACIDADE DE DEPENDENTES	170
1.4. ADICIONAL DE 25% DA APOSENTADORIA POR INVALIDEZ	171
1.4.1. TERMO INICIAL	171
1.4.2. EXTENSÍVEL PARA OUTROS BENEFÍCIOS	172
1.5. RECUPERAÇÃO CONDICIONADA À PROCEDIMENTO CIRÚRGICO	173
1.6. REAVALIAÇÃO DA APOSENTADORIA POR INVALIDEZ E HIV	174
2. AUXÍLIO-ACIDENTE	174
2.1. HIPÓTESES DE CONCESSÃO	174
2.2. CONCEITO DE “ACIDENTE DE QUALQUER NATUREZA”	175
2.3. SEGURADOS	176
2.3.1. CONTRIBUINTE INDIVIDUAL	176
2.3.2. SEGURADO FACULTATIVO	176
2.4. CUMULAÇÃO	177
2.4.1. COM APOSENTADORIA POR INVALIDEZ	177
2.4.2. COM QUALQUER APOSENTADORIA	177

2.4.3. DECADÊNCIA E ACUMULAÇÃO INDEVIDA	178
2.4.4. COM MANDATO ELETIVO DE VEREADOR	178
2.4.5. LOAS	179

PARTE 6

JURISPRUDÊNCIA DA TNU SOBRE AÇÕES REVISIONAIS DE RENDA DE BENEFÍCIOS E AFINS	181
---	-----

CAPÍTULO 1 – ASPECTOS JUDICIAIS

1. PREJUDICIAIS DE MÉRITO (DECADÊNCIA E PRESCRIÇÃO)	181
1.1. QUESTÕES NÃO ANALISADAS PELA ADMINISTRAÇÃO	181
1.2. APLICAÇÃO RETROATIVA A MP 1.523/97	185
1.3. REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO	186
1.3.1. INICIAL	186
1.3.2. DE REVISÃO	188
1.3.2.1. <i>DIES A QUO</i> DO PRAZO DECADENCIAL	188
1.3.2.2. INTERRUÇÃO DO PRAZO	188
1.4. PRETENSÃO NO RECEBIMENTO DE PARCELAS VENCIDAS	189
1.5. RECLAMAÇÃO TRABALHISTA	190
1.6. DIREITO AO MELHOR BENEFÍCIO	191
1.7. ENUNCIADO nº 260 DA SÚMULA DO EXTINTO TFR	191
1.8. REVISÃO DO ART. 29, II, DA LEI 8.213/91	192
1.9. IRSM E MP 201 DE 26/07/2004	194
1.10. REVISÃO DE BENEFÍCIO ORIGINÁRIO	195
1.11. AÇÃO COLETIVA X AÇÃO INDIVIDUAL	197
2. EFEITOS FINANCEIROS	198
2.1. DO REQUERIMENTO DE REVISÃO	198
2.2. NOVOS SALÁRIOS-DE-CONTRIBUIÇÃO DE RECLAMATÓRIA TRABALHISTA	199
2.3. REAFIRMAÇÃO DA DER	199
3. REVISÃO DA PENSÃO POR MORTE NOS CASOS DE COISA JULGADA	200

CAPÍTULO 2 – REVISÕES EM ESPÉCIE

1. REVISÃO DE BENEFÍCIOS POR INCAPACIDADE NA VIGÊNCIA DA MP 242/2005	201
---	------------

2. FORMA DE CÁLCULO EM MOMENTO ANTERIOR À LEI 9.876/99	203
3. ENUNCIADO 260 DA SÚMULA DO EXTINTO TRIBUNAL FEDERAL DE RECURSOS (TFR)	204
4. USO DA REGRA DO ART. 29, I E II, DA LEI 8.213/91, QUANDO MAIS FAVORÁVEL QUE A DA LEI 9.876/99	204
5. LEI 6.950/81 E PERÍODO DO “BURACO NEGRO”	206
6. EMENDAS CONSTITUCIONAIS 20/1998 E 41/2003	207
6.1. FORMA DE CÁLCULO DO COEFICIENTE DE INCREMENTO	207
6.2. DIREITO ADQUIRIDO ATÉ A EC 20/98	208
6.3. REGRAS ANTERIORES A CF/88	208
6.4. APLICAÇÃO DO ÍNDICE-REAJUSTE TETO A MOMENTO POSTEIROR AO PRIMEIRO REAJUSTAMENTO DO BENEFÍCIO	209
7. OTN/ORTN	209
8. Art. 58 DO ADCT	210
9. IRSM	211
10. IGP-DI NOS ANOS DE 1997, 1999, 2000 E 2001	212
11. MP 1.415/1996 CONVERTIDA NA LEI 9.711/98	212
12. DIVISOR MÍNIMO DA LEI 9.876/98	213
13. URV E LEI 8.880/94	214

PARTE 7

JURISPRUDÊNCIA DA TNU SOBRE ATIVIDADE RURAL	217
---	-----

CAPÍTULO 1 – BENEFICIÁRIOS

1. MENOR DE IDADE	217
1.1. ATÉ 12 ANOS DE IDADE	217
1.2. ENTRE 12 E 14 ANOS	218
2. CARVOEIRO	218
3. EMPREGADO RURAL	219
4. PESCADOR ARTESANAL	220
4.1. NECESSIDADE DE RECOLHIMENTO DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS	220
4.2. ITENS PRESENTES NA GUIA DE RECOLHIMENTO DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS	221
4.3. REGULARIDADE DO REGISTRO GERAL DE ATIVIDADE PESQUEIRA (RGP)	221
4.4. DEFESO NO BIÊNIO 2015/2016	222
5. CASEIRO	223

CAPÍTULO 2 – PRESTAÇÕES PREVIDENCIÁRIAS	223
1. APOSENTADORIA HÍBRIDA	223
2. APOSENTADORIA POR IDADE RURAL	225
2.1. MOMENTO DE AFERIÇÃO DO TEMPO RURAL	225
2.2. SOMATÓRIO DA ATIVIDADE RURAL ANTERIOR E POSTERIOR AO VÍNCULO URBANO SUPERIOR A 120 DIAS (LEI 11.718/08)	228
3. AUXÍLIO-ACIDENTE	229
4. APOSENTADORIA URBANA	229
5. PENSÃO POR MORTE	230
6. LOAS	231
CAPÍTULO 3 – CARACTERIZAÇÃO DO TEMPO RURAL	231
1. TRABALHO URBANO DO NÚCLEO FAMILIAR	231
1.1. CÔNJUGE URBANO E PERCEPÇÃO DE PENSÃO ALIMENTÍCIA	231
1.2. COMPONENTE URBANO NO NÚCLEO FAMILIAR	232
2. RAMO DA ATIVIDADE ECONÔMICA E TRABALHO RURAL	233
3. ATIVIDADE URBANA INTERCALADA	234
4. INÍCIO DE PROVA MATERIAL (IPM)	235
4.1. DOCUMENTOS EM NOME DE TERCEIROS	235
4.2. DOCUMENTO EM NOME DE EMPREGADO RURAL	236
4.3. CERTIDÃO DE CASAMENTO	236
4.4. CERTIDÃO DE ÓBITO	237
4.5. CTPS	238
4.6. MÓDULO RURAL	238
5. PROVA RURAL NO TEMPO	239
5.1. PROVA CONTEMPORÂNEA	239
5.2. TEMPO RURAL ANTERIOR À LEI 8.213/91	241
CAPÍTULO 4 – TEMAS ESPECÍFICOS	242
1. PERDA DA QUALIDADE DE SEGURADO E BENEFÍCIO IRREGULAR	242
2. AVERBAÇÃO DE PERÍODO RURAL E MAJORAÇÃO DE RMI	242
3. COISA JULGADA <i>SECUNDUM EVENTUM PROBATIONES</i>	243
4. CONTAGEM RECÍPROCA	243

4.1. NECESSIDADE DE INDENIZAÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS	243
4.2. PERÍODO ANTERIOR A LEI 8.213/91	244
5. CUMULAÇÃO DE BENEFÍCIOS	245
5.1. SERINGUEIRO	245
5.2. APOSENTADORIA E PENSÃO POR MORTE	245

PARTE 8

JURISPRUDÊNCIA DA TNU SOBRE PENSÃO POR MORTE	247
--	-----

CAPÍTULO 1 – ASPECTOS GERAIS 247

1. DEPENDENTES	247
1.1. CÔNJUGE OU COMPANHEIRO	247
1.1.1. DEPENDÊNCIA ECONÔMICA ABSOLUTA OU RELATIVA	247
1.1.2. ESPOSA DE MARIDO NÃO INVÁLIDO. ÓBITO ANTERIOR A 05/10/1988	248
1.1.3. EX-CÔNJUGE QUE NÃO RECEBE ALIMENTOS	249
1.1.4. NOVO CASAMENTO E CONTINUIDADE DA PENSÃO POR MORTE	250
1.1.5. RATEIO ESPOSA/CONCUBINA	250
1.2. GENITORES	252
1.2.1. DEPENDÊNCIA ECONÔMICA EXCLUSIVA	252
1.2.2. INÍCIO DE PROVA MATERIAL (IPM)	252
1.3. FILHOS	253
1.3.1. MAIOR INVÁLIDO	253
1.3.2. UNIVERSITÁRIO MAIOR DE 21 ANOS	253
1.4. MENOR SOB GUARDA	255
1.5. EX-FERROVIÁRIO DA RFFSA	256
1.6. RURAL	257
2. INSTITUIDOR	257
2.1. REGULARIZAÇÃO <i>POST MORTEM</i>	257
2.1.1. CONTRIBUINTE INDIVIDUAL	257
2.1.2. SEGURADO “BAIXA-RENDA”	259
2.2. QUE RECEBIA LOAS	259
2.3. ACIDENTE DE QUALQUER NATUREZA E CRIME DE HOMICÍDIO	260

2.4. QUE PERDEU A QUALIDADE DE SEGURADO	260
3. INÍCIO DE PROVA MATERIAL	261
4. EFEITOS FINANCEIROS DO ABSOLUTAMENTE INCAPAZ	262
4.1. REQUERIMENTO TARDIO	262
4.2. HABILITAÇÃO TARDIA	263
5. LEI PREVIDENCIÁRIA NO TEMPO	265
5.1. ART. 74, I, DA LEI 8.213/91, PARA FATO GERADOR ANTERIOR A 11/11/1997	265
5.2. REQUERIMENTOS SOB A MP 664/2014 E LEI 13.135/2015	265
6. BENEFÍCIO MAIS VANTAJOSO	265
CAPÍTULO 2 – ASPECTOS JUDICIAIS	266
1. DECADÊNCIA PARA REVISAR BENEFÍCIO ORIGINÁRIO DA PENSÃO POR MORTE	266
2. SENTENÇA HOMOLOGATÓRIA TRABALHISTA	268
3. “QUOTAS DE PENSÃO” E COISA JULGADA	269
4. LEGITIMIDADE “AD CAUSAM” X DIREITO PERSONALÍSSIMO	270
PARTE 9	
JURISPRUDÊNCIA DA TNU SOBRE TEMAS MISTOS	271
CAPÍTULO 1 – SALÁRIO-MATERNIDADE	271
1. INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DA SEGURADA EMPREGADA	271
2. FORMA DE CÁLCULO QUANDO O FATO GERADOR OCORRE NO PERÍODO DE GRAÇA	271
3. SEGURADA DESEMPREGADA	272
4. SEGURADA GESTANTE NA PANDEMIA COVID-19	273
5. ADOÇÃO DE MENOR ACIMA DE 12 ANOS DE IDADE	273
6. AO GENITOR, EM CASO DE ÓBITO DA SEGURADA, ANTES DA LEI 12.873/13	274
7. COMPROVAÇÃO DA SEGURADA ESPECIAL	275
CAPÍTULO 2 – AUXÍLIO-RECLUSÃO	276
1. INSTITUIDOR	276
1.1. SEGURADO FACULTATIVO BAIXA-RENDA	276
1.1.1. FLEXIBILIZAÇÃO DO CRITÉRIO OBJETIVO	276
1.1.2. DIVISOR NOS 12 MESES ANTERIORES À PRISÃO	276

1.2. DESEMPREGADO	277
1.3. FLEXIBILIZAÇÃO DO CRITÉRIO LEGAL	280
1.4. PROGRESSÃO AO REGIME SEMIABERTO	280
2. DEPENDENTES	280
2.1. DATA DE CESSAÇÃO DO BENEFÍCIO (DCB)	280
2.2. PRESCRIÇÃO DO ABSOLUTAMENTE INCAPAZ	280
2.3. CONCEPÇÃO APÓS A PRISÃO	281
CAPÍTULO 3 – QUALIDADE DE SEGURADO	281
1. SEGURADOS	281
1.1. SEGURADO FACULTATIVO	281
1.1.1. ATIVIDADE INFORMAL	281
1.1.2. “BAIXA RENDA E CADÚNICO”	282
1.2. ALUNO-APRENDIZ	283
1.3. SEMINARISTA	285
1.4. CONTRIBUINTE INDIVIDUAL E EMPRESA TOMADORA DE SERVIÇO	286
1.5. EMPREGADA DOMÉSTICA	286
1.6. VÍNCULO EMPREGATÍCIO ENTRE CÔNJUGES	287
1.7. FERROVIÁRIO	287
1.7.1. DEFINIÇÃO	287
1.7.2. COMPLEMENTAÇÃO DA APOSENTADORIA OU PENSÃO	288
1.8. COOPERADO E LEI 10.666/2003	288
2. MANUTENÇÃO DA QUALIDADE DE SEGURADO	288
2.1. PRESO FORAGIDO	288
2.2. AVISO PRÉVIO INDENIZADO	289
2.3. RECOLHIMENTO DE 120 CONTRIBUIÇÕES	289
2.3.1. INCORPORAÇÃO AO PATRIMÔNIO JURÍDICO DO SEGURADO	289
2.3.2. RECOLHIMENTO SEM INTERRUPÇÃO QUE GERE A PERDA DA QUALIDADE	291
2.4. DESEMPREGO	291
2.4.1. <i>DIES A QUO</i> EM GOZO DE AUXÍLIO-DOENÇA	291
2.4.2. CONTRIBUINTE INDIVIDUAL	292
2.4.3. COMPROVAÇÃO DO DESEMPREGO INVOLUNTÁRIO	293

2.5. "LIMBO PREVIDENCIÁRIO"	294
3. DECORRENTE DE TUTELA ANTECIPADA DEFERIDA	295
4. CONCESSÃO IRREGULAR	296
5. DOMÉSTICA E ATRASO NO RECOLHIMENTO PELO EMPREGADOR	296
6. AUXÍLIO-ACIDENTE	297
CAPÍTULO 4 - CARÊNCIA	297
1. REGRA DE TRANSIÇÃO DO ART. 142 E APOSENTADORIA URBANA	297
2. CONTRIBUIÇÕES EM ATRASO	299
3. SERVIÇO MILITAR OBRIGATÓRIO	300
4. CONVERSÃO DE ESPECIAL EM COMUM	300
5. TEMPO EM GOZO DE BENEFÍCIO POR INCAPACIDADE	300
CAPÍTULO 5 - TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO E RENDA MENSAL INICIAL	301
1. TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO	301
1.1. RECLAMATÓRIA TRABALHISTA	301
1.2. CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL (CTPS)	302
1.2.1. VÍNCULO EXTEMPORÂNEO	302
1.2.2. PRESUNÇÃO DE VERACIDADE	303
1.3. AVISO PRÉVIO INDENIZADO	303
1.4. CONTRATAÇÃO NULA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	304
1.5. DECLARAÇÃO EXTEMPORÂNEA DE EX-EMPREGADOR	305
1.6. TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO E LEI COMPLEMENTAR 142/2013	306
2. RENDA MENSAL INICIAL (RMI)	307
2.1. AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	307
2.2. DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO	308
2.3. ATIVIDADES CONCOMITANTES	308
2.4. FATOR PREVIDENCIÁRIO NA APOSENTADORIA DE PROFESSOR	310
2.5. TÁBUA DE MORTALIDADE DO IBGE	312
2.6. AUXÍLIO-ACIDENTE SEM SALÁRIO-DE-CONTRIBUIÇÃO	312
2.7. AVERBAÇÃO RURAL E RMI DA APOSENTADORIA POR IDADE	312
2.8. ACORDO BRASIL X PORTUGAL	313
2.9. EMENDA CONSTITUCIONAL 20/98	314

2.10. EMENDA CONSTITUCIONAL 103/19	314
2.10.1. ART. 26, §2º, III, AOS BENEFÍCIOS DE APOSENTADORIA POR INCAPACIDADE PERMANENTE ..	314
CAPÍTULO 6 – RESPONSABILIDADE CIVIL	315
1. PRAZO PRESCRICIONAL E DESCONTO INDEVIDO	315
2. DEMORA NA PERÍCIA MÉDICA POR GREVE DE SERVIDORES	315
3. RESTITUIÇÃO POR DOLO/FRAUDE OU MÁ-FÉ DO SEGURADO	316
4. RESTITUIÇÃO DE BOA-FÉ PELO SEGURADO POR ERRO ADMINISTRATIVO	316
5. DEVOLUÇÃO DE VALORES POR DESCONTO INDEVIDO PELO INSS	317
6. EMPRÉSTIMO CONSIGNADO	317
7. CANCELAMENTO INDEVIDO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO	318
8. DESCONTO DE CONTRIBUIÇÕES ASSOCIATIVAS	319
CAPÍTULO 7 – CONTAGEM RECÍPROCA	319
1. APOSENTADORIA CASSADA NO RPPS	319
2. FILIAÇÃO OBRIGATÓRIA NO RGPS DAQUELE ORIUNDO DO RPPS	320
3. MANDATO ELETIVO ESTADUAL OU MUNICIPAL E LEI 10.887/2004	320
4. CERTIDÃO DE TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO	321
5. ATIVIDADE ESPECIAL NO RGPS PARA O RPPS	321
6. RPPS E APOSENTADORIA ANTERIOR NA PREVIDÊNCIA SOCIAL URBANA	322
CAPÍTULO 8 – DIREITO PROCESSUAL	322
1. CONCESSÃO DE BENEFÍCIO DIVERSO DO PEDIDO ADMINISTRATIVO	322
2. PROCESSO JUDICIAL EM CURSO E CONCESSÃO ADMINISTRATIVA ULTERIOR	323
3. TUTELA ANTECIPADA POSTERIORMENTE REVOGADA	325
4. COMPETÊNCIA	329
4.1. DELEGADA E JUIZADOS ESPECIAIS ESTADUAIS	329
4.2. RENÚNCIA TÁCITA	329
5. COISA JULGADA	330
5.1. JUDICIAL	330
5.2. ADMINISTRATIVA	330
6. EXAME DA LEGALIDADE DO ATO DE CONCESSÃO	331
7. APLICAÇÃO DO ENUNCIADO 43 DA SÚMULA DA TNU	331

7.1. ÔNUS DA PROVA EM CAUTELAR DE EXIBIÇÃO	331
7.2. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS	331
8. PNU ENVOLVENDO QUESTÃO CONSTITUCIONAL PENDENTE NO STF	332
9. PRESCRIÇÃO	333
9.1. LEVANTAMENTO DE PRECATÓRIO E RPV	333
9.2. ULTERIOR INCLUSÃO DE ENTE PÚBLICO FEDERAL	334
10. DECADÊNCIA AOS CASOS DE INDEFERIMENTO	335
11. MORTE DO OUTORGANTE DO MANDATO ANTES DO AJUIZAMENTO	335
12. AÇÃO COLETIVA X AÇÃO INDIVIDUAL	336
13. REGIME DE COMPENSAÇÃO ENTRE VALORES DE BENEFÍCIOS INACUMULÁVEIS	337

PARTE 10

SÚMULAS PREVIDENCIÁRIAS DAS TURMAS REGIONAIS E TURMAS RECURSAIS	339
---	-----

CAPÍTULO 1 – PRIMEIRA REGIÃO	339
---	------------

CAPÍTULO 2 – SEGUNDA REGIÃO	343
--	------------

1. TRU DA 2ª REGIÃO	343
2. SÚMULAS PREVIDENCIÁRIAS DAS TURMAS RECURSAIS DOS ESTADOS QUE COMPÕEM A 2ª REGIÃO	344

CAPÍTULO 3 – TERCEIRA REGIÃO	357
---	------------

CAPÍTULO 4 – QUARTA REGIÃO	361
---	------------

1. TRU DA 4ª REGIÃO	361
2. SÚMULAS PREVIDENCIÁRIAS DAS TURMAS RECURSAIS DOS ESTADOS QUE COMPÕEM A 4ª REGIÃO	362

CAPÍTULO 5 – QUINTA REGIÃO	364
---	------------

CAPÍTULO 6 – SEXTA REGIÃO	368
--	------------

PARTE 11

QUESTÕES DE ORDEM DA TNU	375
--------------------------------	-----

PARTE 12

REGIMENTO INTERNO DA TNU	389
--------------------------------	-----

PARTE 13

REGIMENTOS INTERNOS REGIONAIS E LOCAIS	409
CAPÍTULO 1 - 1ª REGIÃO	409
CAPÍTULO 2 - 2ª REGIÃO	434
CAPÍTULO 3 - 3ª REGIÃO	465
CAPÍTULO 4 - 4ª REGIÃO	485